

Continuação da página 3

Os barcos eléctricos são uma evolução tecnológica recente que no caso marítimo ainda não está muito madura. Não teme que em termos de manutenção ou de assistência técnica possam existir alguns constrangimentos adicionais que tenham consequências recorrentes na operação da Atlânticoline com estes novos navios?

A Atlânticoline foi rigorosa na definição dos requisitos técnicos para os dois navios eléctricos a financiar pelo PRR, precisamente para garantir que a transição energética não comprometesse a eficiência operacional.

Contudo, o primeiro concurso (início de 2024) não teve propostas válidas e, no segundo (Novembro de 2024), o consórcio seleccionado apresentou alterações incompatíveis com o caderno de encargos, levando à anulação do processo.

Apesar deste revés, A empresa mantém a ambição de renovar a frota com soluções ambientalmente sustentáveis, estando atenta a novas oportunidades de financiamento e à evolução tecnológica do sector.

Em temas de carregamento eléctrico

co e tratando-se de navios, a EDA já deu garantias de que consegue manter o abastecimento contínuo aos navios? Qual é o estado da electrificação dos portos (Horta, São Roque, Velas) necessária para o carregamento eléctrico dos navios?

Todo o processo associado aos eléctricos foi, desde a primeira hora, articulado devidamente com a EDA e a Portos dos Açores, no sentido de serem implementadas as soluções necessárias.

O concurso para a construção dos Navios ao abrigo do PRR correu mal. De que forma os requisitos do caderno de encargos (prazos rígidos, características técnicas) dificultaram a atractividade do concurso? Foi por aqui que surgiram os problemas?

Os requisitos definidos pela Atlânticoline no caderno de encargos foram rigorosos porque reflectem as necessidades reais do serviço público interilhas.

Flexibilizar esses critérios apenas para atrair propostas seria um erro estratégico: a prioridade é garantir navios que cumpram plenamente as exigências da operação e sirvam a população com o mesmo nível de segurança e eficiência



que a empresa sempre assegurou.

Quais as perspectivas da Atlânticoline para os próximos anos?

A Atlânticoline continuará a desempenhar o seu papel essencial na coesão territorial e social dos Açores, apostando na modernização da fro-

ta, na digitalização dos serviços e na sustentabilidade ambiental. O foco permanece o mesmo desde a fundação: aproximar as ilhas, promover a mobilidade, apoiar a economia e garantir que cada açoriano tem acesso equitativo a bens, serviços, saúde, desporto e cultura.

* jornal@diariodosacores.pt

Francisco César defende soluções estruturais para garantir o futuro financeiro dos Açores



O líder do PS Açores, Francisco César, expressou na passada sexta-feira preocupação com o estado das contas públicas regionais, para defender ser este o momento “de procurar soluções estruturais, e não de apontar culpados”.

Intervindo na audição ao Ministro de Estado e das Finanças, no âmbito da apreciação, na generalidade, do Orçamento do Estado para 2026, o deputado socialista frisou estarem previstos no documento cerca de 491 milhões de euros de transferências

para a Região Autónoma dos Açores.

Apesar deste cenário, o Presidente do PS Açores reconheceu o papel do Governo da República, “em particular do Ministério das Finanças, que tem dado um apoio importante, com transferências que têm permitido atenuar o

problema”, conforme salientou.

No entanto, Francisco César alertou que “essas ajudas são pontuais, ‘one-off’, e não resolvem a natureza estrutural do desequilíbrio entre despesa e receita da Região”.

A esse propósito, o Presidente do PS Açores abordou o Ministro das Finanças relativamente a estas ajudas, para questionar “que contrapartidas estão a ser solicitadas ao Governo Regional” e o que prevê o respetivo Ministério, em termos de transferências de alteração da Lei de Finanças das Regiões Autónomas para que a Região possa resolver o seu problema estrutural.

Na ocasião, o líder socialista deixou também uma nota de preocupação quanto ao futuro da SATA Internacional, alertando que um eventual encerramento da empresa “teria um impacto nas contas públicas que pode ascender aos 600 ou 700 milhões de euros”.

Por fim, Francisco César abordou a questão do Subsídio Social de Mobilidade, recordando que “a introdução de um tecto de 600 euros teve como objectivo reduzir custos para o erário público”, e questionou “se essa redução se verificou efectivamente e que impacto terá no próximo Orçamento de Estado”.

Indicando uma postura construtiva, Francisco César reforçou que o PS Açores “está disponível para contribuir com propostas e soluções”, porque “o que está em causa não é um debate partidário, mas o futuro financeiro e social da nossa Região”.